



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA ESCLARECIMENTO DO NÃO PAGAMENTO DE TRABALHADORAS TERCEIRIZADAS PELA EMPRESA FACILITE SERVIÇOS & TERCEIRIZAÇÕES LTDA.,

Solicitante: Vereadora Aparecida Sônia Vidal

Aos 18 de novembro de 2025, na sede da Câmara Municipal, às quatorze horas e quinze minutos, teve início audiência pública para esclarecimento sobre o não pagamento dos monitores escolares terceirizados, convocada e presidida pela vereadora Sônia Vidal, em atendimento ao Requerimento nº 1389/2025, da mesma vereadora.

Compuseram a mesa os vereadores Lucas Zócoli e André Alves. Também presentes os vereadores Domingos Trindade, José Maria Fernandes, presidente da Câmara Municipal, a secretária de Educação, Adriana Lucarelli, a responsável pela Divisão de Gestão Financeira da Secretaria Municipal de Finanças, Mariana Eugênia Magalhães e a responsável pela Divisão de Compras e Licitações da Secretaria Municipal de Administração, Luciléia Maria Mendes.

A presidente informa que a audiência pública tem como propósito esclarecer a situação da falta de pagamento dos funcionários da empresa Facilite que prestam serviço de monitoras escolares para a Prefeitura, como terceirizadas.

Os pontos-chave da audiência pública, entre esclarecimentos do Executivo e respostas às perguntas dos vereadores são os seguintes:

1. Atrasos de Pagamento pela Facilite:

- A Secretaria de Educação informa que tomou conhecimento dos problemas de pagamento (salários incompletos, não recolhimento de INSS e FGTS) a partir de agosto. Este foi o primeiro mês em que houve atraso nos salários, mas há um problema pendente com o vale-alimentação desde o início do contrato da empresa.
- Foram enviadas duas notificações à empresa Facilite Serviços e Terceirizações Ltda. e houve uma reunião com o prefeito, vice-prefeito e procuradoria para acertar questões. Algumas foram sanadas e outras aguardam solução.



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

- Posicionamento da Prefeitura: Mariana Eugênia Magalhães (Secretaria de Finanças) esclarece que os repasses financeiros da prefeitura para a Facilite estão em dia. O atraso nos pagamentos aos funcionários é de responsabilidade exclusiva da empresa terceirizada, que deve ter capital próprio para honrar suas obrigações, não dependendo do recebimento da fatura da prefeitura para pagar o mês anterior.

2. Contrato com a Facilite:

- A Facilite foi contratada emergencialmente por dispensa de licitação devido ao desaparecimento da empresa anterior (Oliveira).
- O contrato original venceria em 25 de novembro, mas foi aditivado até 25 de dezembro para não deixar os monitores sem serviço até o final das aulas.
- Luciléia Maria (Secretaria de Administração) confirma que os contratos preveem penalidades em caso de não cumprimento de cláusulas, mas até o momento, apenas notificações extraordinárias foram emitidas, sem abertura de processo administrativo.
- Existe uma garantia contratual (10% do valor do contrato) e uma conta vinculada para encargos, que a prefeitura pode acionar em caso de inadimplência da empresa, após um processo administrativo.

3. Situação da Empresa Anterior (Oliveira):

- Tudo que a prefeitura poderia acertar com os funcionários da Oliveira já foi feito, exceto para aqueles que não possuíam carteira assinada.
- A Justiça do Trabalho não permitiu que o município pagasse diretamente os funcionários sem carteira assinada.
- Há um recurso em segunda instância, e a expectativa é que a decisão seja favorável aos funcionários para que o município possa efetuar esses pagamentos. A empresa Oliveira "sumiu" e não há notícias dela.

4. Proposta de Solução: Contratação Direta de Monitores:

- Objetivo Principal: A prefeitura, através da Secretaria Municipal de Educação, busca contratar os monitores diretamente, eliminando a intermediação de empresas terceirizadas.
- Projeto de Lei (PL): Um Projeto de Lei para a criação de 176 cargos de monitores escolares foi protocolado na Câmara Municipal, que futuramente até poderão ser preenchidos por concurso público, mas não por enquanto.



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

- Benefícios:
 - Redução de Custos: A Secretaria Adriana estima uma redução de custos de aproximadamente R\$ 700 mil para R\$ 400 mil-R\$ 400 e poucos mil mensais, devido à eliminação do lucro da empresa terceirizada e à menor carga de encargos trabalhistas para o município.
 - Segurança e Estabilidade: Contratos de um ano, prorrogáveis, com maior garantia de emprego e direitos para os monitores.
 - Transparência: O processo seletivo direto visa combater o "cabide de emprego" e garantir a contratação por mérito e qualificação.
 - Vínculo: Fortalece o vínculo entre os profissionais e a comunidade escolar.
 - Processo Seletivo: Será um processo seletivo simplificado (não um concurso público imediato devido ao tempo), sem prova, baseado em avaliação de currículo e experiência.
 - Requisito mínimo: Ensino Médio completo.
 - O tempo de serviço dos monitores atuais será um critério de pontuação.
 - Algumas vagas (contraturno em creches) exigirão formação em pedagogia.
 - A Secretaria de Educação conduzirá as inscrições (provavelmente via Google Forms) e a classificação
 - Questões Legais: O projeto está sendo rigorosamente analisado pela procuradoria para garantir sua segurança jurídica, evitando problemas futuros como a revogação de cargos, como ocorreu com os "cuidadores infantis" no passado. A diferença é a criação de "cargos" e não apenas "funções".
 - Fundeb: Apesar da recente queda na arrecadação do Fundeb, o limite de responsabilidade fiscal do município permite as novas contratações diretas.
5. Plano B: Nova Licitação:
- Paralelamente ao Projeto de Lei, há uma licitação em andamento para uma nova empresa terceirizada.
 - A empresa Garcia foi declarada vencedora provisória, mas o processo ainda está em fase recursal, que se encerra em 19 de novembro.



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

- Se o Projeto de Lei não for aprovado a tempo ou não se concretizar, a Garcia assumiria e os monitores atuais seriam "encampados" por ela.

6. Outros Problemas e comentários:

- Sistema HLH: A mudança do sistema da prefeitura causou desafios internos, mas não afetou o pagamento das empresas terceirizadas, que foram pagas em dia.
- Merenda Escolar: No início do ano, houve problemas com falta de merenda devido a empresas que ganhavam licitações com preços baixos e depois pediam realinhamento, resultando em interrupções no fornecimento. A situação está regularizada, mas os pedidos de realinhamento são constantes.
- Urgência na aprovação do Projeto de Lei: A Secretária Adriana pede celeridade aos vereadores na análise e votação do Projeto de Lei, para que o processo seletivo e as novas contratações possam ocorrer antes do recesso de fim de ano e do retorno das aulas em janeiro.

Esclarecidos todos os pontos e com o compromisso dos vereadores de aprovarem o projeto de lei de criação de cargos de monitor infantil, a presidente, vereadora Sônia Vidal faz seu pronunciamento final:

“Chegando ao final dessa audiência pública, quero agradecer a presença e a contribuição de todos os representantes das Secretarias aqui presentes. As informações apresentadas hoje são fundamentais para esclarecer a situação enfrentada pelos trabalhadores terceirizados e sobretudo para que possamos acompanhar a solução com a transparência essencial para que a população acompanhe a prestação do serviço público municipal. sendo de um dever dessa casa legislativa trazer isto a público. Assim, agradeço a participação de todos e declaro encerrada a audiência.” Nada mais havendo a ser tratado, a audiência é encerrada às quinze horas e trinta minutos.


VEREADORA APARECIDA SÔNIA FERREIRA VIDAL

(Soninha da Policlínica)


VEREADOR LUCAS R. ZÓCOLI


VEREADOR ANDRÉ E. ALVES